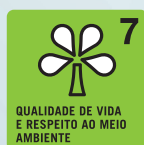
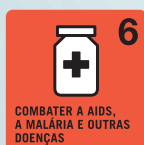
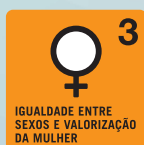
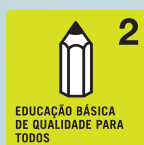


MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Realização:

Agenda Pública – Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

Coordenação:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Produção:

Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria-Geral da Presidência da República



APRESENTAÇÃO	4
OS ODM NO BRASIL.....	5
A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM	9
COMO AS CIDADES PODEM CONTRIBUIR	10
COMO MUNICIPALIZAR?	11
1 - Consolidação do comitê ou núcleo dos ODM	11
2 - Radiografia da situação do município	13
3 - Construção de um plano de ação	13
4 - Sistema de Monitoramento e Avaliação.....	14
DICAS PARA O SUCESSO DA MUNICIPALIZAÇÃO	15
ALGUMAS POLÍTICAS DE GRANDE IMPACTO PARA ALCANÇAR OS ODM	15
1 - Acabar com a Fome e a Miséria	15
2 - Educação Básica de Qualidade para Todos.....	16
3 - Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher	16
4 - Reduzir a Mortalidade Infantil	17
5 - Melhorar a Saúde das Gestantes.....	17
6 - Combater a AIDS, a Malária e Outras Doenças	17
7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente.....	18
8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento	18
PRÊMIO ODM BRASIL	19
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS ODM	20
OS ODM E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	21



APRESENTAÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou no ano 2000 a Cúpula do Milênio, visando reverter os maiores problemas mundiais que afetavam diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas.

Desse encontro nasceu a Declaração do Milênio, que estabeleceu oito iniciativas para tornar o mundo melhor e mais justo até 2015. Elas se tornaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma plataforma humanista apoiada por líderes de 191 nações, entre elas o Brasil. São eles:

- 1 – Acabar com a Fome e a Miséria;**
- 2 – Educação Básica de Qualidade para Todos;**
- 3 – Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher;**
- 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil;**
- 5 – Melhorar a Saúde das Gestantes;**
- 6 – Combater a AIDS, a Malária e Outras Doenças;**
- 7 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente;**
- 8 – Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.**



OS ODM NO BRASIL

No âmbito do governo federal, diversos ministérios desenvolvem políticas e programas que se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Compete à Secretaria-Geral da Presidência da República a responsabilidade de mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil, órgãos públicos, prefeituras e governos estaduais que desenvolvem projetos e ações em prol dos ODM.

Nesse sentido, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria-Geral coordena o Prêmio ODM Brasil; incentiva a mobilização dos núcleos e comitês dos ODM nos estados e municípios; articula a participação de gestores públicos nos debates sobre os ODM; dissemina as metas e os Objetivos do Milênio; e busca envolver as comunidades nessa temática.

Essas ações possibilitaram que o Brasil avançasse rumo ao cumprimento das metas do milênio, algumas já alcançadas. O Brasil também ocupa um lugar de destaque no contexto dos ODM em função das políticas públicas executadas pelo governo federal, que vão ao encontro de cada um dos oito Objetivos. São elas:



Acabar com a Fome e a Miséria

- Plano Brasil Sem Miséria;
- Programa Bolsa Família;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa Territórios da Cidadania;
- Política de Valorização do Salário Mínimo;
- Economia Solidária;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
- Programa Saúde na Escola;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia;



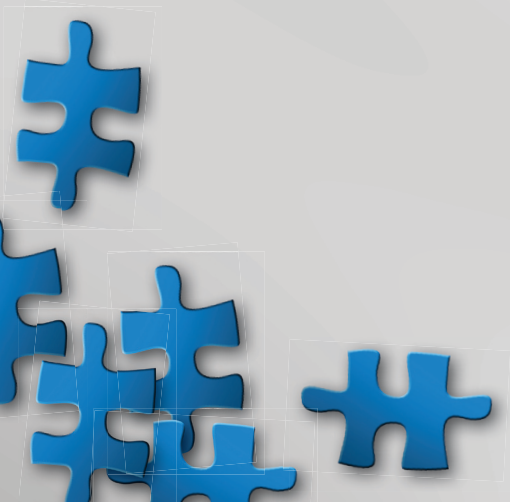


- Programa BPC na Escola;
- Consolidação do Sistema Único da Assistência Social (Suas);
- Programa de Promoção do Registro Civil de Nascimento;
- Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronas);
- Ações de Promoção da Igualdade Racial.



Educação Básica de Qualidade para Todos

- Plano de Metas e Compromissos Todos pela Educação;
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE);
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
- Programas nacionais suplementares, como de transporte escolar e outros;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- Prova Brasil;
- Provinha Brasil;
- Obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos;
- Programa Mais Educação;
- Acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes (Condicionalidades em Educação do Bolsa Família);
- Programa do Livro;
- Programa Nacional de Tecnologia Educacional;
- Programa Brasil Alfabetizado;
- Universidade Aberta do Brasil;
- Programa de Formação Continuada do Ensino Fundamental.





Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher

- II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM);
- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
- Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres;
- Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais;
- Ampliação da Licença-Maternidade;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher);
- Medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.



Reduzir a Mortalidade Infantil

- Programa Rede Cegonha;
- Estratégia Saúde da Família;
- Políticas e ações voltadas para a atenção à saúde das crianças;
- Vigilância da mortalidade infantil e fetal;
- Programa Nacional de Imunização (PNI);
- Compromisso de acelerar a redução das desigualdades na Região Nordeste e Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil.



Melhorar a Saúde das Gestantes

- Programa Rede Cegonha;
- Programa de Fortalecimento de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama;
- Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;
- Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- Compromisso para Acelerar a Redução das Desigualdades na Região Nordeste e na Amazônia Legal – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).



Combater a AIDS, a Malária e Outras Doenças

- Programa Nacional DST, AIDS e Hepatite Virais;
- Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM);
- Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT);
- Programa Nacional de Hanseníase (PNCH).



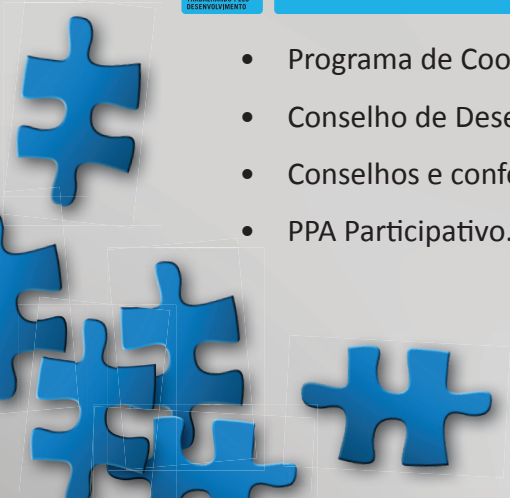
Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

- Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros;
- Programa Nacional de Florestas (PNF);
- Programa Comunidades Tradicionais;
- Programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas;
- Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
- Programa Recursos Pesqueiros Renováveis;
- Tarifa Social e Energia;
- Programa Luz para Todos;
- Programa Saneamento para Todos;
- Construção de Cisternas;
- Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto;
- Programa de Arrendamento Residencial;
- Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Programa Papel Passado.



Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

- Programa de Cooperação Técnica Internacional;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES);
- Conselhos e conferências nacionais;
- PPA Participativo.



No entanto, ainda que o governo federal esteja colocando em prática políticas públicas que contribuem para o alcance das metas, o Brasil só conseguirá atingir plenamente os ODM se o trabalho for desenvolvido em conjunto pela sociedade civil, pelos órgãos públicos e pelos governos.

A MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM

Para que as conquistas em relação aos ODM alcancem todos os brasileiros, é necessário fazer chegar aos municípios os bons resultados globais conseguidos pelo Brasil. Quando os índices econômicos e sociais positivos são desmembrados pelas regiões e municípios, ficam evidenciadas diversas fragilidades regionais e locais frente aos principais indicadores de desenvolvimento.

É por isso que os municípios têm um papel e uma contribuição fundamental para o cumprimento dos ODM, pois respondem pela gestão de diversas políticas relacionadas a eles. Além disso, detêm vantagens em relação às demais esferas de governo no que diz respeito à adoção de uma agenda de desenvolvimento, porque:

- têm autonomia operacional e mandato formal para prover vários serviços à população;
- têm mandato institucional para promover ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, saneamento, educação, cultura, saúde e segurança;
- podem estabelecer acordos com ONGs e com o setor privado para criar uma agenda cooperativa;
- podem adotar leis complementares em assuntos sociais e ambientais;
- principalmente, contam com a proximidade do cidadão, pois é no município que a cidadania é fortalecida.

Nessa perspectiva, fica evidente que o Brasil como um todo só atingirá as metas se as prefeituras participarem ativamente desse processo, em conjunto com o governo federal, os governos estaduais e a sociedade civil. O maior desafio é melhorar a vida de milhões de brasileiros. Para isso é necessário levar os ODM para os municípios, o que chamamos de municipalização dos ODM, pois essa conquista só será obtida com o engajamento de todos.





COMO AS CIDADES PODEM CONTRIBUIR

As prefeituras desenvolvem diversos programas que geram impacto positivo sobre os ODM. A partir da Constituição de 1988, os municípios ganharam mais autonomia e maior atribuição nas áreas de Saúde, Educação e Meio Ambiente, entre outras. Na área de Saúde, por exemplo, as prefeituras são obrigadas a investir no mínimo 15% do total de sua arrecadação por determinação da Constituição. Algumas estão investindo muito mais. O Programa Saúde da Família (PSF), a assistência aos partos naturais (parteiras e maternidade) e a distribuição de medicamentos de atenção básica são algumas das ações a cargo dos municípios que se relacionam diretamente com os Objetivos da ONU (ODM 4, 5 e 6).

Na Educação, por determinação constitucional, o valor do investimento dos municípios deve ser de no mínimo 25% das receitas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, prevê a garantia de acesso gratuito à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental (ODM 2 e impacto no ODM 3). Já na área ambiental, com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) os municípios passaram a ser responsáveis pela execução e fiscalização das ações de proteção da qualidade ambiental e pelo Plano Diretor, que define a política de desenvolvimento urbano e tem forte impacto na sustentabilidade ambiental (ODM 7).

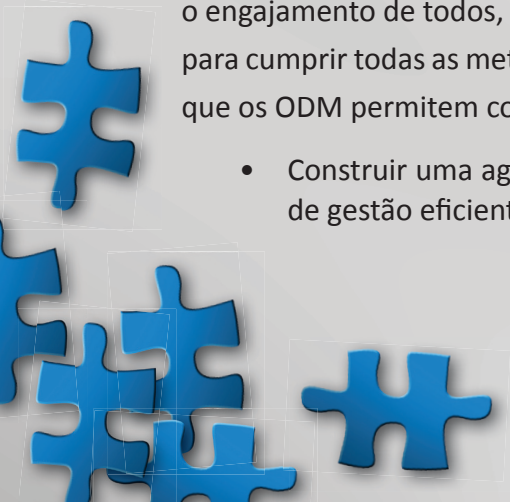
Programas federais como o Bolsa Família têm gestão municipalizada, o que possibilita uma abertura de espaço para que as prefeituras criem experiências inovadoras no combate à pobreza (ODM 1) e na melhoria das condições de educação (ODM 2) e de saúde (ODM 4).

Certamente os municípios fazem mais do que é exigido pela Constituição. A municipalização significa relacionar com os ODM as políticas, programas e ações que já são executadas e criar novas iniciativas que induzam ao cumprimento das metas do milênio. Em resumo, municipalizar é:

- reconhecer que os governos locais têm papel protagonista nos ODM;
- adequar as políticas públicas já implantadas pelas prefeituras aos ODM;
- criar novas iniciativas que visem atingir as metas estabelecidas.

A municipalização é, na verdade, uma via de mão dupla. De um lado, o país se fortalece com o engajamento de todos, aumenta o processo de disseminação dos ODM e cria reais condições para cumprir todas as metas até 2015. De outro, os gestores municipais ganham muito, uma vez que os ODM permitem consolidar algumas vantagens, entre elas:

- Construir uma agenda universal que contemple os principais aspectos de uma agenda de gestão eficiente;



- aperfeiçoar os serviços públicos e o desenvolvimento de ações de combate à vulnerabilidade;
- ter maior facilidade para obter recursos federais, estaduais e internacionais;
- trazer as comunidades locais para dialogar e ajudar a decidir o rumo das políticas públicas;
- adotar uma gestão voltada para resultados práticos que podem ser avaliados de forma eficiente;
- maior visibilidade da gestão, obtendo o reconhecimento do trabalho executado por meio de prêmios e inserções na mídia;
- facilitar o monitoramento, a avaliação e a mensuração de resultados das políticas públicas.

COMO MUNICIPALIZAR?

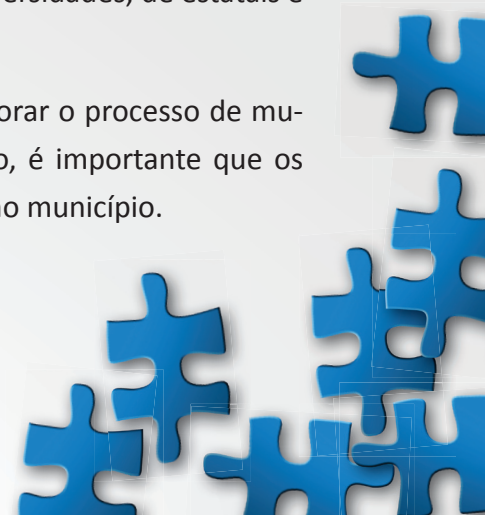
A agenda de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve ser um compromisso do município, e não apenas do prefeito municipal. Sem isso, dificilmente a municipalização será institucionalizada, podendo ser interrompida durante o próprio governo ou nas mudanças de mandato. Propomos, então, que sejam adotadas as seguintes medidas:

1 - Consolidação do comitê ou núcleo dos ODM

O primeiro passo é formar o comitê ou núcleo de acompanhamento dos ODM no município e reconhecê-lo legalmente. Esse comitê ou núcleo vai acompanhar o processo de municipalização dos ODM. Podem participar membros dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de representantes dos conselhos municipais, da sociedade civil organizada, de sindicatos e do setor produtivo. No caso do Poder Executivo, é essencial a presença das secretarias de governo, de planejamento e de finanças ou de instâncias equivalentes.

A participação de representantes de segmentos como adolescentes, mulheres, negros e indígenas também é muito importante para dar atenção particular às características desses grupos sociais. O comitê pode ser integrado, ainda, por representantes de universidades, de estatais e por outros parceiros estratégicos.

O comitê deve ter como atribuições acompanhar, subsidiar e monitorar o processo de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para isso, é importante que os participantes do comitê conheçam a situação das temáticas dos ODM no município.





Nesse sentido, os documentos produzidos nas conferências municipais, o Plano Plurianual e os relatórios de governo ou de instituições independentes são boas fontes de informação. Os integrantes do comitê também devem conhecer o processo de análise de indicadores, pois o acompanhamento é conduzido com base nele. O comitê ou núcleo pode ser oficializado por um decreto ou portaria municipal. Com um mandato claro e institucionalizado, além de responsabilidades e atribuições pré-existentes, a capacidade do comitê fica ampliada e fortalecida.

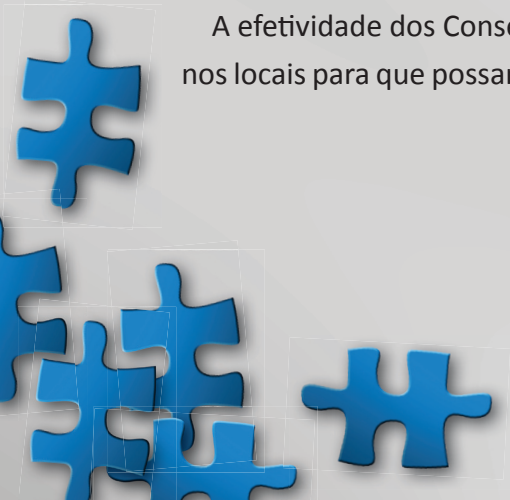
O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, criado em 2004, é o grande incentivador da consolidação dos comitês e núcleos estaduais e municipais e, conseqüentemente, da municipalização. O Movimento tem mobilizado milhares de lideranças e de entidades em todo o país em seminários que estimulam e sensibilizam a sociedade a participar de projetos sociais em prol dos ODM.

Os Conselhos Municipais – Os ODM servem como um eixo condutor de esforços em prol do desenvolvimento humano e desafiam a sociedade a encontrar novas formas de cooperação e engajamento de seus atores. Por isso, é fundamental buscar convergências entre as agendas dos movimentos sociais e dos Conselhos e a plataforma proposta pelos ODM.

A participação dos Conselhos no planejamento e definição das metas e indicadores que orientarão as prioridades do município garante as seguintes vantagens:

- aumenta as chances de o processo ser institucionalizado e continuado, mesmo após a mudança de gestor, pois o compromisso é firmado com outros atores e segmentos sociais;
- permite aos conselheiros dispor de mais informações para embasar o planejamento de suas ações e fazer o controle social das políticas;
- possibilita a articulação das políticas públicas de forma transversal nos diversos conselhos;
- amplia as bases de representação dos conselheiros, porque permite instaurar debates mais qualificados com as várias instâncias do poder público junto ao segmento que representam e aos cidadãos;
- aprimora as ferramentas de gestão, liderança e inovação que caracterizam os mandatos de cada conselho.

A efetividade dos Conselhos depende de disposição política de seus integrantes e dos governos locais para que possam, de fato, participar e influir nas estratégias adotadas pela sociedade.



2 - Radiografia da situação do município

Instituído o comitê ou núcleo, o próximo passo é saber como está a realidade do município em relação aos ODM. O portal eletrônico www.portalodm.org.br é uma boa ferramenta de consulta, uma vez que mostra análises, gráficos e mapas sobre a situação de cada um dos Objetivos em todos os municípios brasileiros. O portal foi desenvolvido pelo Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis) e o resultado da busca serve como indicativo para a elaboração de diagnósticos sobre a tendência dos problemas municipais. Conhecendo-se os problemas é mais fácil tomar decisões sobre o rumo que as políticas públicas devem seguir.

Os indicadores devem ser interpretados para que possam contribuir com os Objetivos e suas metas específicas. A análise deve levar em conta a série histórica de dados disponíveis. É essencial que os indicadores sejam trabalhados de forma desagregada, considerando-se não apenas as médias registradas pelos índices ou estatísticas, mas as eventuais desigualdades territoriais, étnicas e de gênero. É também importante adaptar os indicadores e as metas à realidade e aos interesses do município.

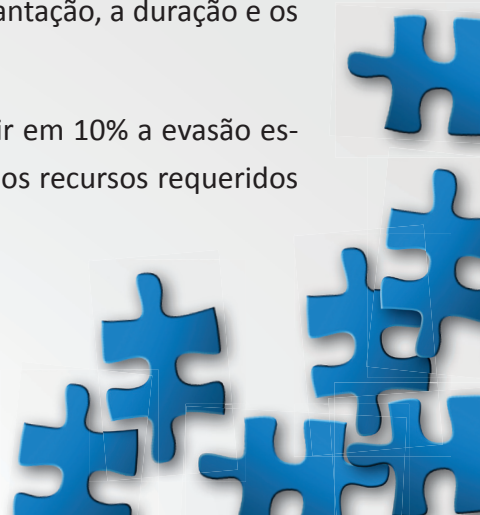
Sistematização – As discussões e informações sobre o perfil municipal dos ODM devem ser organizadas em um relatório, que poderá ser disseminado na comunidade. Se bem elaborado o documento pode servir de fonte para o planejamento e a prática dos conselhos municipais. Ele também pode ser útil para os técnicos envolvidos na elaboração dos Planos Plurianuais.

Um indicador é uma informação que permite revelar a que distância se está de um determinado objetivo e, por isso, pode ser usado no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Um indicador social é uma medida, geralmente numérica, que informa um aspecto da realidade social ou mudanças que estão ocorrendo. O número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nascidos vivos, por exemplo, é um dos indicadores de mortalidade infantil mais amplamente adotado no mundo.

3 - Construção de um plano de ação

Após identificar as metas e indicadores locais, sugere-se que as secretarias ou o órgão de planejamento do município, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, construam um plano de trabalho prevendo as ações, os responsáveis por sua implantação, a duração e os recursos necessários.

Nesse momento, é preciso prever quanto custa, por exemplo, reduzir em 10% a evasão escolar no município, se essa for uma das metas adotadas, e verificar se os recursos requeridos estarão disponíveis no prazo previsto.





A elaboração do plano deve levar em conta os resultados das ações e programas em curso no município e os resultados da situação do perfil municipal dos ODM. Para isso, o órgão responsável pelo planejamento, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, deve analisar a trajetória das políticas, de forma participativa e realista. É importante certificar-se de que as ações existentes serão suficientes, tendo em vista o ritmo de progresso demandado para atingir a meta. Também é fundamental identificar como os eventos externos podem influenciar o cumprimento de cada meta. É recomendável que todos os membros do comitê sejam envolvidos no processo, para garantir a avaliação multidisciplinar das políticas.

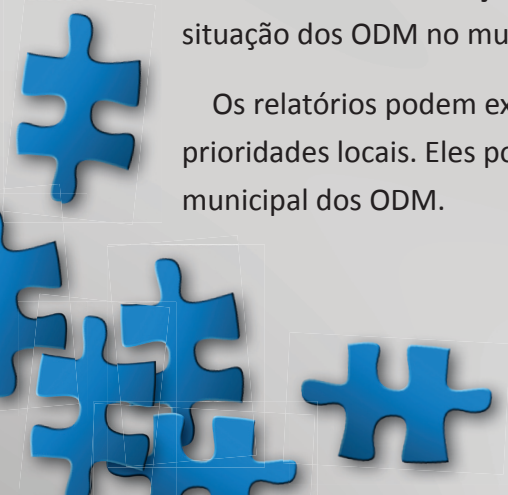
Com base nessas constatações, é possível definir ações concretas para a melhoria de cada um dos indicadores e o cumprimento de cada meta. As ações devem contemplar as visões de médio e longo prazos. O planejamento deve vir acompanhado de uma estratégia de implantação das ações, descrevendo as atribuições e os respectivos responsáveis. Além disso, pode-se prever a adoção de mecanismos de revisão periódica do processo e dos pactos firmados, incluir uma estratégia para a mobilização de parcerias e investimentos e criar formas de assegurar a continuidade dos programas e ações.

4 - Sistema de Monitoramento e Avaliação

A construção de um sistema de monitoramento e avaliação deve ter como base os indicadores e metas utilizados para a construção do perfil municipal dos ODM. O sistema contribui com o processo de análise das ações adotadas e para a manutenção dos compromissos expressos no plano de ação. Para que o acompanhamento seja realizado com propriedade, é necessária a constituição de um grupo específico de monitoramento, que responda por essa função.

É recomendável que o grupo de monitoramento seja integrado por representantes das secretarias ou do órgão de planejamento do município, além de membros do comitê de acompanhamento dos ODM. O grupo responsável por essa tarefa deve dar suporte às políticas e estratégias setoriais. Para isso, sugere-se realizar consultas e debates (reuniões, seminários ou oficinas) junto aos formuladores e implementadores de políticas públicas e aos representantes de organizações da sociedade civil. O grupo também tem a responsabilidade de disseminar as conclusões tiradas do processo de monitoramento e avaliação. Uma forma adequada de dar visibilidade às informações é produzir, pelo menos uma vez ao ano, um informativo sobre a situação dos ODM no município.

Os relatórios podem explicitar tendências, identificar problemas e avanços e deixar claras as prioridades locais. Eles podem ser produzidos com base na atualização do diagnóstico do perfil municipal dos ODM.



DICAS PARA O SUCESSO DA MUNICIPALIZAÇÃO

- Adequar os objetivos mais abrangentes ao contexto local;
- equilibrar ambição e realismo na hora da definição de metas. Metas ambiciosas e pouco realistas dificilmente são atingidas, gerando frustração;
- criar metas intermediárias para manter o comprometimento político e assegurar a responsabilidade. Elas devem estar ancoradas nos objetivos de longo prazo. Metas pouco desafiadoras prejudicam a mobilização;
- adotar uma agenda compatível com a realidade técnica, financeira e política local. Em pequenos municípios, a municipalização pode significar a adoção de um plano de trabalho limitado a alguns objetivos percebidos como prioritários até que o patamar de possibilidades se eleve;
- alinhar a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio às demais agendas políticas do governo. Sem o compromisso e a liderança dos principais gestores municipais, dificilmente a municipalização terá sucesso;
- incluir as metas finais e intermediárias no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento municipal, lembrando que os custos dos ODM são melhor estimados durante um período de dois a três anos.

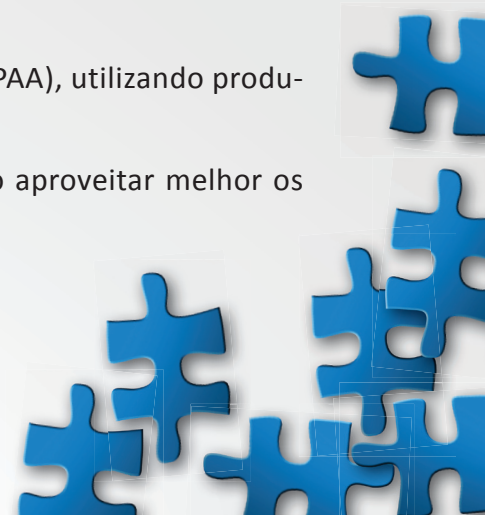
ALGUMAS POLÍTICAS DE GRANDE IMPACTO PARA ALCANÇAR OS ODM

1 - ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

META DO MILÊNIO: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e das pessoas que passam fome. Meta atingida pelo Brasil.

Plano Brasil Sem Miséria: Retirar 16,2 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Atuação em três frentes: inclusão produtiva, ampliação das redes de serviços sociais e de benefícios.

- Promover a agricultura familiar e de subsistência;
- identificar beneficiários de programas de crédito agrícola para pequenos produtores;
- implantar o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA), utilizando produtos locais na alimentação escolar;
- formar grupos de mães ou merendeiras que ensinem como aproveitar melhor os alimentos;





- apoiar/criar programas de geração de trabalho e renda;
- estruturar cooperativas e criar condições para o aproveitamento e comercialização da produção excedente.

2 - EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE PARA TODOS

META DO MILÊNIO: Até 2015, todas as crianças devem terminar o ciclo completo do Ensino Básico.

- Criar programas de reforço escolar comunitário;
- criar projetos de acesso à Internet e a novas tecnologias;
- implantar ensino em tempo integral;
- combater o trabalho infantil;
- favorecer o acesso ao Ensino Fundamental;
- levantar o número de analfabetos e incentivá-los a frequentar cursos de alfabetização;
- criar bibliotecas e salas de leitura;
- condicionar a permanência nos programas sociais à frequência escolar.

3 - IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

META DO MILÊNIO: Eliminar as disparidades entre os sexos no Ensino Fundamental e Médio em todos os níveis até 2015.

- Incentivar a autonomia feminina de forma que as mulheres passem a desempenhar papéis de protagonistas;
- identificar o estágio de implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- criar/divulgar os centros de atendimento às mulheres onde elas possam denunciar a violência e ter acompanhamento físico e psicológico;
- criar novas oportunidades de trabalho para mulheres;
- incentivar ações que estimulem as mulheres a buscar alternativas de renda;
- igualar os salários de homens e mulheres em funções equivalentes.



4 - REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

META DO MILÊNIO: Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos, ou seja, reduzir em 17,9 óbitos por mil nascidos vivos.

- Criar programas de nutrição para crianças menores de cinco anos, fornecendo zinco e vitamina A, quando necessário;
- garantir que todas as crianças nascidas sejam medidas e pesadas;
- acompanhar o desenvolvimento das crianças recém-nascidas;
- apoiar e divulgar campanhas de vacinação, de aleitamento materno, de higiene e de nutrição de bebês;
- condicionar a permanência nos programas sociais a ações de acompanhamento de saúde.

5 - MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

META DO MILÊNIO: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, ou seja, a Razão de Mortalidade Materna (RMM) deverá ser igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

- Criar programas comunitários de nutrição para mulheres grávidas e em fase de lactação;
- programas de Apoio à Saúde da Mulher;
- programas de Prevenção do Câncer de Mama e de Colo de Útero;
- prevenção da gravidez de risco;
- acompanhamento pré-natal.

6 - COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

META DO MILÊNIO: Deter a propagação do HIV/AIDS, da malária e de outras doenças e inverter a tendência atual, ou seja, o aumento de casos.

- Ensinar cuidados básicos em relação à higiene;
- divulgar métodos de combate à dengue;
- incentivar a população a participar das campanhas de vacinação;
- distribuir mosquiteiros tratados com inseticidas de longa duração para crianças que vivem nas regiões onde a malária é endêmica;





- elaborar campanhas de doação de sangue e de órgãos;
- realizar campanhas sobre a inclusão em cadastros de medula óssea;
- garantir a desparasitação anual de todas as crianças que frequentam escolas em zonas afetadas;
- realizar campanhas de informação, mobilização e combate à AIDS e outras doenças.

7 - QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

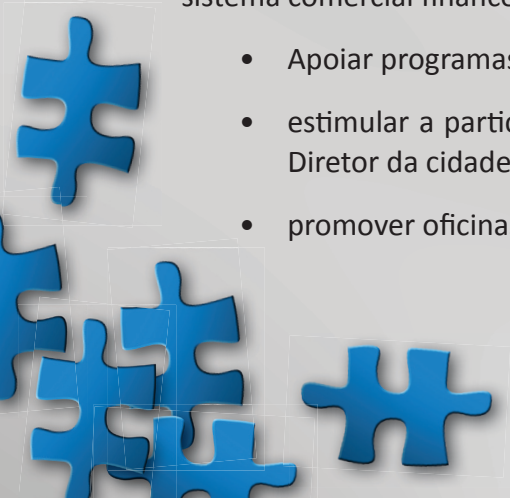
META DO MILÊNIO: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso à água potável e esgotamento sanitário; integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais.

- Criar fundos intermunicipais, metropolitanos ou estaduais para financiar a recuperação de áreas desprivilegiadas da cidade e reservar terrenos para a construção de habitação popular;
- implantar programas de coleta seletiva;
- identificar a implantação dos Planos Diretores, especialmente no que diz respeito à Habitação de Interesse Social;
- apoiar e promover programas de Habitação de Interesse Social que incluam saneamento e infraestrutura;
- apoiar o plantio de árvores;
- mobilizar as pessoas para o uso racional da água e da energia;
- realizar mutirões de limpeza e rearborização de praças, rios e lagos;
- criar programas de atenção às ocupações em áreas de risco.

8 - TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

META DO MILÊNIO: Tratar globalmente os problemas mundiais em cooperação com os governos, empresas e sociedade civil para tornar disponível o acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, ao trabalho juvenil, a medicamentos com preços acessíveis e a um sistema comercial financeiro aberto.

- Apoiar programas de qualificação dos conselhos municipais de políticas públicas;
- estimular a participação da população nos fóruns de consulta popular, como o Plano Diretor da cidade e o Orçamento Participativo, se houver;
- promover oficinas de mobilização em prol dos ODM;



- implantar programas de incentivo ao voluntariado;
- replicar experiências que foram bem sucedidas em outros municípios;
- disseminar práticas municipais exitosas.

PRÊMIO ODM BRASIL

O Prêmio ODM Brasil foi criado pelo governo federal para reconhecer, valorizar e incentivar as mais importantes e criativas ações da sociedade civil e de governos municipais que ajudam o Brasil a atingir os ODM.

A coordenação do Prêmio ODM Brasil é de responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

As prefeituras podem inscrever no Prêmio projetos que contribuam para o alcance das metas. Essa é uma oportunidade de o trabalho desenvolvido nos municípios ser reconhecido como uma boa prática que poderá, inclusive, ser disseminada em outras cidades.

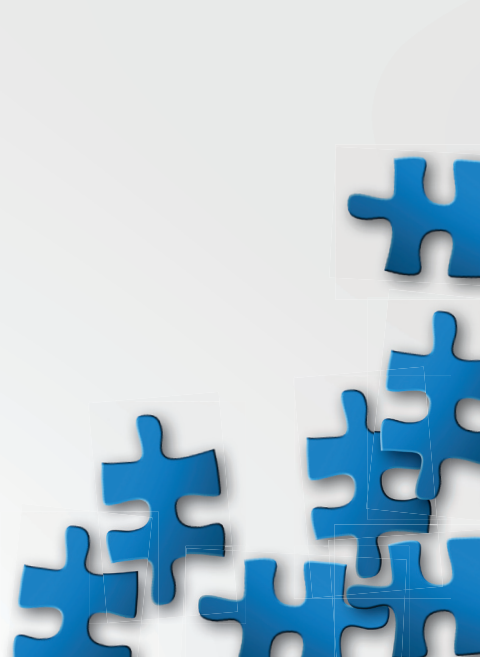
Para a escolha dos projetos são considerados os seguintes critérios: contribuição para alcançar os ODM; impacto no público atendido; participação da comunidade; existência de parcerias; potencial de replicabilidade; complementaridade e integração com outras políticas.

A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O Prêmio ODM Brasil homenageia a capacidade transformadora de brasileiros que, com certeza, vão continuar contribuindo para o objetivo maior de tornar o Brasil mais justo e igualitário.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS ODM:

- www.odmbrasil.org.br
- www.nospodemos.org.br
- www.portalodm.org.br
- www.secretariageral.gov.br





PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS ODM

O governo federal caminha no rumo da justiça social com ênfase na erradicação da miséria. Um exemplo disso é o Plano Brasil Sem Miséria, que busca combater a pobreza em suas várias dimensões para garantir à população brasileira acesso a melhores oportunidades de ocupação e renda e à plena cidadania.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio representam uma estratégia que pode ser articulada com o Plano Brasil Sem Miséria, uma vez que buscam a mesma finalidade, a começar pelo Objetivo número 1: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome.

A concentração de pobres está em territórios de baixo dinamismo econômico, áreas onde o Brasil Sem Miséria quer dar mais ênfase. São exatamente nesses territórios que se localizam os municípios com dificuldades para atingir as metas do milênio.

Como as metas do milênio tratam de direitos básicos, a pobreza é vista não apenas como falta de renda, mesmo admitindo-se que a insuficiência de recursos financeiros representa um grande gargalo. Para erradicar a pobreza, segundo o entendimento da ONU ao estabelecer os ODM, é necessária uma abordagem multidimensional que consiga dar conta de outras variáveis, como por exemplo assegurar saúde e educação; reduzir a fome, a mortalidade infantil e a mortalidade materna; garantir o desenvolvimento sustentável e a igualdade entre os sexos; e estabelecer parcerias entre todos para o trabalho em prol do desenvolvimento. Se essas metas forem alcançadas, consequentemente, a erradicação da pobreza também será.

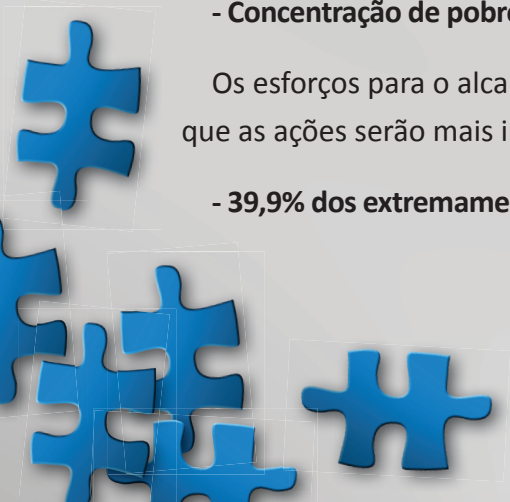
Os núcleos estaduais dos ODM (instalados nos 26 estados e no Distrito Federal) e os núcleos municipais dos ODM (já em funcionamento em alguns municípios) são parceiros ideais na identificação da população que vive em vulnerabilidade. Os núcleos desempenham um importante papel de disseminação dos ODM e de mobilização para o alcance das metas, uma vez que estão mais próximos da comunidade e trabalham, em sua maioria, em projetos sociais locais.

Alguns dados do perfil dos extremamente pobres apontados pelo Plano Brasil Sem Miséria, usando como base o Censo do IBGE de 2010, revelam a importância que os ODM têm para reverter alguns indicadores:

- Concentração de pobres na Região Nordeste.

Os esforços para o alcance dos ODM ocorrem em todo o país, mas será no Norte e Nordeste que as ações serão mais intensas.

- 39,9% dos extremamente pobres têm até 14 anos.



Uma das metas dos ODM é fazer com que todas as pessoas de sete a 14 anos concluam o Ensino Fundamental até 2015.

- 25,8% do contingente de extremamente pobres, entre 15 anos ou mais, são analfabetos.

Outra meta dos ODM é erradicar o analfabetismo da população de 15 a 24 anos até 2015. Ações de educação são algumas das condições básicas para romper o círculo vicioso da fome, previstas nos ODM e no Plano Brasil Sem Miséria.

- 53,3% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica e 48,4% dos domicílios rurais em extrema pobreza não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não têm poço ou nascente na propriedade.

Cuidar do meio ambiente e garantir a sustentabilidade ambiental é uma das metas do Objetivo 7 dos ODM, que prevê garantia de acesso da população à água e esgoto. Isso passa por tratamento de água, saneamento básico, cobertura vegetal e uso sustentável de energia, entre outros.

OS ODM E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Na década de 1990 foram realizadas uma série de conferências que tratavam de direitos humanos, igualdade e equidade de gênero, desenvolvimento social, direitos das crianças, população, direitos sexuais e reprodutivos e direito à habitação. Foi com base nessas efervescentes discussões e nos compromissos assumidos pela comunidade internacional que surgiu a Declaração do Milênio.

A Declaração do Milênio deixa clara a importância da participação social ao afirmar que “os homens e as mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir esses direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular”.

O documento propôs ainda oito iniciativas para melhorar o mundo, que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foi a partir de 1995 que a Cúpula Social das Nações Unidas reconheceu que era possível erradicar a pobreza e tornar o mundo melhor adotando-se um novo conceito de desenvolvimento que não tinha como foco apenas a pobreza. Considerava também o pleno emprego e a inclusão social como aspectos igualmente importantes para o desenvolvimento dos países. A partir daí, a sociedade civil desempenhou um papel ativo na cobrança para melhorar as condições de vida da população apelando aos governos que adotassem novos conceitos de desenvolvimento.





Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nasceram dessa indignação da sociedade diante dos problemas enfrentados pela população mundial. A participação social está presente nos ODM desde a sua concepção.

Avançar na mobilização de todos os setores da sociedade é a estratégia principal do governo brasileiro para alcançar as metas. Ciente disso, a mobilização pelos ODM tomou força em 2004, quando o governo federal, o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), a sociedade civil e a iniciativa privada se uniram para criar o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que nasceu com a finalidade de conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para atingir todos os Objetivos até 2015. O Movimento é apartidário e ecumênico.

A trajetória dos ODM em relação à participação social se dá também na concepção da criação dos núcleos locais estaduais/municipais dos ODM. Esses núcleos são integrados por representantes de organizações e movimentos sociais e empresariais. Para criar os núcleos nos estados e municípios é necessário identificar os espaços de participação social existentes na localidade como, por exemplo, Conselhos Estaduais ou Municipais de Saúde e Educação ou um Comitê Municipal de Acompanhamento dos ODM para que sejam somados esforços em prol das metas do milênio.

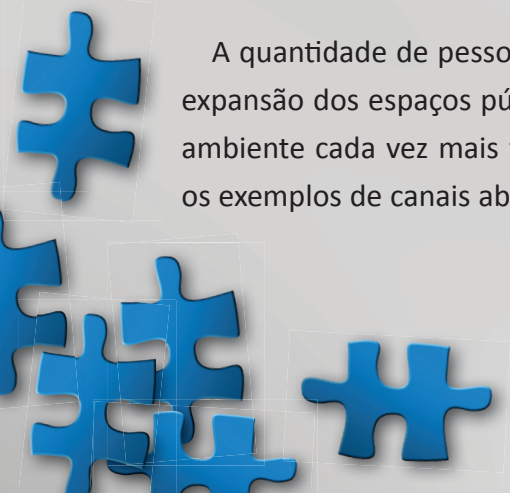
Todos os estados brasileiros contam com núcleos locais estaduais e em vários municípios foram instalados núcleos locais municipais. É esse trabalho de mobilização da sociedade que tem contribuído fortemente com a situação do Brasil em relação aos ODM.

Participação social como método de governo

No caso brasileiro, a participação social vem se tornando um método de governo, ou seja, não está restrita apenas aos ODM. Um bom exemplo disso é a atuação da Secretaria-Geral da Presidência da República, a quem cabe a responsabilidade pela interlocução com todos os segmentos da sociedade civil. A participação social tem sido fundamental para a construção de um país mais justo.

A Secretaria-Geral busca construir espaços de interação, compreendendo a democracia como processo político e social, e a participação dos cidadãos como um dos parâmetros para definir a prática democrática.

A quantidade de pessoas e organizações sociais envolvidas nos processos participativos e a expansão dos espaços públicos partilhados entre governo e sociedade conferem ao Brasil um ambiente cada vez mais favorável para a solução de problemas ainda existentes. São muitos os exemplos de canais abertos ou revitalizados pelo governo federal. Esses espaços estimulam



uma relação de corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que conferem maior legitimidade às decisões e ações de governo.

Conheça alguns desses canais de participação social:

a) Conselhos

Os Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos inserem-se no princípio constitucional da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. A valorização desses espaços de democracia participativa garante maior eficácia na gestão pública. Milhares de conselhos estão presentes na vida dos municípios, dos estados e do governo federal. Nesses espaços também são discutidas políticas públicas que vão ao encontro dos ODM.

b) Conferências

O exercício da democracia participativa se consolida também por meio da realização de conferências. De 2003 a 2010 foram realizadas 74 conferências nacionais. As conferências representam instâncias de reflexão, debates e negociação em nível municipal, estadual e nacional e são instrumentos essenciais para a definição de prioridades e subsídios para a construção de políticas públicas. Grande parte delas impactam positivamente os ODM.

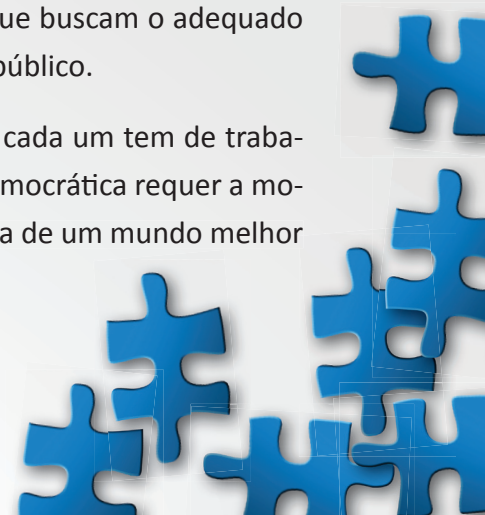
c) Mesas de Diálogo

Nos últimos anos, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos ministérios, representantes de entidades de trabalhadores e de empresários reuniram-se em diversas oportunidades para tratar de problemas fundamentais da sociedade brasileira. Para a discussão desses temas, foram constituídas Mesas de Diálogo, que estabeleceram, entre outras, políticas para o salário mínimo, para a agricultura familiar e para a habitação. Todas elas contribuem para o alcance dos ODM.

d) Ouvidorias

Esses canais de participação possibilitam que as manifestações, dúvidas e sugestões dos cidadãos sejam examinadas e encaminhadas aos órgãos competentes, que buscam o adequado atendimento e o aprimoramento do processo de prestação do serviço público.

Participar dessa grande plataforma humanista é a possibilidade que cada um tem de trabalhar por um mundo melhor. A criação de uma cultura e de uma ética democrática requer a mobilização social e a mobilização requer uma dedicação contínua na busca de um mundo melhor para todos.



Parceiros:



Coordenação Técnica:



Coordenação-Geral:



Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade



Secretaria-Geral da
Presidência da República

